

"Aquisição de cadeiras articuladas para o Castelo de Pombal - Processo n.º 072-AJD-SA-14"

DECLARAÇÃO

1 - Sílvia Maria Mendes Cordeiro, casada, Sócia-gerente, com morada em Rua do Olival n.º 23 - Cruta - 3100-650 Pombal, portadora do cartão cidadão n.º 11369907, na qualidade de representante legal da empresa: SISTÉTICA, Sistemas Mobiliário e Armazenagem Lda, Contribuinte n.º 504.172.620, com sede em Rua do Olival n.º 23 - Cruta - 3100-650 Pombal, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento: **"Aquisição de cadeiras articuladas para o Castelo de Pombal - Processo n.º 072-AJD-SA-14"**, declara sob compromisso de honra que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

Orçamento

Proposta de preço

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) - Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de património ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) - Não foi condenada por sentença transitada em julgado, por qualquer delito que afecte a sua honorabilidade profissional, nem os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) - Não foi objecto de aplicação da sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, nem os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) - Temos a nossa situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal.
- e) - Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal.
- f) - Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do Artigo 21º do decreto-lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos;
- g) - Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) - Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) - Não foi condenada por sentença transitada em julgado, por algum dos seguintes crimes, ou os titulares dos seus órgãos de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes;
- j) participação em actividades de uma organização criminosa, tal com definida no n.º 1 do artigo 2.º de Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Concelho;

- ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Concelho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Concelho;
- iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contractos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação de participar, com candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contractos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contractos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do numero anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina, a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contractos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contractos públicos, sem prejuízo da participação á entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Pombal, 19 de Dezembro de 2014
Sílvia Maria Mendes Cordeiro

SISTÉTICA

Sistemas Mobiliário e Armazenagem, Lda

A Gerência,

Silvia Maria Mendes Cordeiro
Documento composto por 2 páginas